

A CONDIÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O CASO DE IJUÍ-RS SEGUNDO A CARTA DO TURISMO DE 1976

Luana Cristina dos Santos Ávila Foguesatto¹
Julia Elisa Breunig²
Bruna Fuzzer de Andrade³

Palavras-chave: Patrimônio; Turismo; Cultura; Educação.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho abrange questões referente as condições e educação patrimonial, dado que no Brasil e na cidade de Ijuí-RS pouco se preservou e se preserva no que tange aos Patrimônios Culturais existentes. A cultura de demolição ou descaracterização dos monumentos, se efetiva a partir de vários fatores, principalmente devido à falta de educação patrimonial e em razão de ter-se a ideia de que o “belo” é algo novo, repaginado, contemporâneo. Mas esse pensamento não é o mais adequado, pois com a destruição dessas obras, destrói-se a história, a cultura, a memória e principalmente o testemunho de uma civilização. O patrimônio cultural pode ser definido como um bem, um bem que é nosso, importante para a sociedade e que merece ter seu valor preservado.

A Carta do Turismo Cultural de 1976 propõe ações para manter a conservação dos monumentos e sítios. A partir destas propostas, será feito neste trabalho uma análise dos patrimônios culturais existentes na cidade de Ijuí, localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Além disto, destaca-se a importância da Educação Patrimonial para a formação da consciência das crianças e adolescentes para o cuidado e respeito aos bens histórico-artísticos, que tem ligação direta ao Turismo Cultural, a qual tem grande peso na economia de diversas cidades.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho tem como objetivo aprimorar o conhecimento referente ao patrimônio cultural no âmbito do turismo e educação. Fundamenta-se na utilização e análise da Carta do Turismo de 1976 e também a partir da pesquisa teórica em

¹ Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIJUI, luanacristinaavila@hotmail.com.

² Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIJUI, juliae.breunig@gmail.com.

³ Professora Mestra do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIJUI, Orientadora, bruna.fuzzer@unijui.edu.br.

artigos científicos de Maria de Lourdes Parreiras Horta ([2003]) e Flávio Lopes (2000), com o intuito de obter maior clareza e selecionar reflexões sobre o tema em estudo. Propondo verificar a condição e educação patrimonial no Brasil e na cidade de Ijuí.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Educação Patrimonial deve ser incluída desde os primeiros anos na vida de uma criança, de maneira lúdica, divertida de fácil entendimento e clareza, de forma individual e coletiva, pois a partir da observação da história pessoal de cada uma e os valores dado a bens materiais e imateriais do próprio cotidiano, para assim haver a ampliação destes sentimentos para os bens de importância coletiva, obras importantes da história que devem ser preservadas e cuidadas. Conforme Maria de Lourdes Parreiras Horta ([2003], p. 1),

O desenvolvimento de programas de Educação Patrimonial, envolvendo não só a rede escolar, mas também as organizações da comunidade local, as famílias, as empresas e, principalmente, as autoridades responsáveis, contribuiu para a ampliação de uma nova visão do Patrimônio Cultural Brasileiro em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, como fonte primária de conhecimento e aprendizado, a ser utilizada e explorada na educação de crianças e adultos, inserida nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino, ou ainda como instrumento de motivação, individual e coletiva, para a prática da cidadania e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre as gerações.

As crianças no período atual, serão responsáveis no futuro por salvaguardar as edificações que atualmente fazem parte das cidades. De acordo com Flávio Lopes (2000, p. 247) “Preconiza, ainda, que desde a Escola, a infância e a juventude sejam educadas na compreensão e no respeito pelos sítios, pelos monumentos e pelo patrimônio artístico, como forma de modificar atitudes negativas do público face ao patrimônio.”. Este preparo não é reconhecido na cultura brasileira e Ijuíense, o qual traria rendimentos para o país através do turismo que é uma prática social e uma das principais atividades econômicas geradoras de renda e de empregos no mundo. Com a conservação adequada de monumentos existentes esses locais podem vir a ser reconhecidos como bens mundiais. Flávio Lopes (2000, p. 245) também afirma que “[...] os governos de todo o mundo, ao desenvolverem esforços para incluir monumentos e sítios na Lista do patrimônio Mundial, esperam obter prestígio e projecção internacional, colocando esses locais no mapa do

turismo internacional.”. Contudo nota-se o aumento da taxa de turismo em locais onde houve a inclusão na listagem do patrimônio mundial.

Percebe-se a falta de preservação do Patrimônio histórico em Ijuí, levando em consideração que é conhecida como a Cidade das Etnias, sendo a Capital da Cultura do Rio Grande do Sul. A cidade de Ijuí é rica por suas obras históricas que com o tempo estão sendo esquecidas e deixadas de lado. Não está sendo dado o devido valor a estas edificações, construções que carregam a história de Ijuí, e que com o devido cuidado e zelo, elas embelezam as ruas e contam histórias. Ijuí tem o potencial necessário, poderia ter muito mais reconhecimento nesta área se houvessem edificações reais e da época de construção que caracterizassem os mais de doze povos que ali imigraram, porém, baseado na falta da cultura de proteção, manutenção (sem perda de identidade histórica), tais patrimônios foram se perdendo com o passar dos anos.

De acordo com a Carta do Turismo Cultural de 1976 a qual, além de ter a finalidade de utilizar os monumentos para conhecimento da história dos mesmos, ela também defende o seu uso para a conservação e manutenção das edificações. Conforme Flávio Lopes (2000, p. 246),

Reconhece-se que o turismo de motivação cultural pode trazer vantagens diversas à preservação do patrimônio arquitetônico, tais como:

- Ajudar a encontrar novos usos para os edifícios do passado;
- Gerar um ambiente de tolerância e compreensão entre os povos pois, ao permitir aos visitantes a descoberta de novas culturas e religiões, favorece o respeito por essas realidades;
- A criação nas comunidades de acolhimento de um sentimento de orgulho pelo seu patrimônio, o qual espelha a sua identidade;
- A valorização econômica dos locais de visita, através da dinamização do comércio e dos serviços, criando emprego e riqueza.

Apesar de que a utilização dos monumentos seja importante para a sua conservação, a carta do turismo, deixa claro que o seu uso ecentuado provoca o desgaste do patrimônio. Também citado por Flávio Lopes (2000, p. 246 e 247) “Esta Carta reconhece os efeitos positivos do turismo cultural, e perante os perigos de uma sobrecarga negativa de visitantes, que já acontece em muitos locais, mesmo no nosso país, aconselha a uma cooperação mais estreita entre os organismos representativos do Turismo [...]”. Portanto deve haver um equilíbrio, para que os bens sejam utilizados mas que também tenham o devido cuidado durante o seu uso para uma maior longevidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias aqui apresentadas constituem uma reflexão sobre o patrimônio cultural, na cidade de Ijuí-RS. Atualmente os monumentos não têm recebido o devido reconhecimento e cuidado, sendo assim, esquecidos e degradados pela sociedade. Essa é uma situação que causa preocupação, pois não pode continuar acontecendo sem que haja intervenção de políticas públicas, as quais são frágeis e de pouca eficiência, portanto ainda será comum a perda de elementos culturais em função dessa ineficiência.

Conclui-se que se faz necessário a educação patrimonial desde os primeiros anos, para que haja a conservação dos bens e a preservação da história, a qual influenciará positivamente no turismo cultural da cidade em estudo. Seria uma estratégia para a introdução da educação patrimonial o uso das entidades educacionais de ensino básico local, juntamente com a UNIJUÍ, a qual dispõe do Museu Antropológico Diretor Pestana e diversos estudos feitos pelos próprios acadêmicos, para mediar esse assunto tão relevante. Através de diversas formas, como dinâmicas, palestras, viagens, visitas em locais históricos, entre outros, para inserir naturalmente a prática de conservação e apreciação de monumentos na cultura das crianças.

5 REFERÊNCIAS

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial**. [2003]. Disponível em: https://www.academia.edu/11935219/O_que_%C3%A9_a_Educa%C3%A7%C3%A3o_Patrimonial. Acesso em: 25 ago. 2020.

LOPES, Flávio. **O Programa de Incremento do Turismo Cultural: Dos Novos Conceitos e Motivações Sobre o Patrimônio Cultural à Criação de Produtos Turísticos de Qualidade**. 4 v. Porto, Portugal: Antropológicas, 2000. p. 243-249. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/934>. Acesso em: 25 ago. 2020.

IPHAN. **Carta do Turismo Cultural**. 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.